



1290000797



TCC/UNICAMP M338i

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA



A INTEGRAÇÃO COMERCIAL BRASIL - ARGENTINA:
UMA ANÁLISE DO COMÉRCIO

Aluno: Márcia Barbosa Marinho

Orientador: Rinaldo Barcia Fonseca

DEZEMBRO - 1992

TCC/UNICAMP
M338i
IE/797

CEDOCIE

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1. O programa de integração	03
1.1 Acordos realizados e a apresentação do programa	03
1.2 Objetivos da integração	06
1.3 Caminhos para a realização do projeto	07
Capítulo 2 - Brasil e Argentina: Uma análise do intercâmbio comercial	10
2.1 Principais produtos comercializados entre os dois países	12
2.2 Principais produtos importados pelo Brasil provenientes da Argentina	12
2.1.2 Principais produtos importados pela Argentina provenientes do Brasil.....	13
2.1.3 Ainda sobre produtos importados	13
2.2 Evolução das importações argentinas	14
2.3 Evolução das importações brasileiras	19
2.4 Tendências atuais do processo de integração	21
Capítulo 3: Considerações finais	23
Bibliografia	26

INTRODUÇÃO

Seguindo uma tendência mundial de formação de blocos, ou, regionalização entre os países, procuraremos destacar o movimento realizado por Brasil e Argentina na busca em acompanhar essa tendência.

Nosso objetivo principal, será o de desenvolver uma análise crítica ao processo de integração entre Brasil e Argentina através dos resultados obtidos na evolução do intercâmbio comercial entre os dois países. Procuraremos destacar também, dentro do trabalho a ser realizado, um estudo descritivo buscando mostrar as principais características do acordo entre Brasil e Argentina.

Buscaremos apresentar também, dentro do trabalho a ser realizado, um estudo descritivo mostrando as principais características do acordo entre Brasil e Argentina. Procuraremos achar respostas para questões bastante importantes como:

- Em que medida o processo de integração pôde contribuir para a evolução do volume do comércio entre os dois países?

- Como a conjuntura dentro da qual os acordos foram realizados compromete a evolução do comércio?

- Essa integração terá efeitos positivos para uma relação mais articulada ou permanente entre os dois países?

A resposta a estas perguntas procurarão ser dadas ao longo dos capítulos, onde buscaremos tanto esclarecer as questões presentes como apresentar as tendências relativas ao futuro.

É importante ressaltar que não procuraremos discutir profundamente as reais causas das oscilações entre o intercâmbio, relativas a crise interna de cada país, suas orientações sobre a política macroeconômica ou as oscilações de suas taxas de câmbio, ~~pois~~ a principal preocupação será discutir em que medida os esforços integracionistas foram capazes ou não de gerar os resultados idealizados previamente, levando em consideração as fortes crises enfrentadas pelos dois países; tendo consciência, é claro, de que nossa pesquisa não nos levará a respostas absolutas, mas a um intercâmbio de pontos de vista.

CAPÍTULO I

O programa de integração

1.1 Acordos realizados e a apresentação do programa

Em 1985, os presidentes Alfonsín e Sarney declararam a intenção de ambos em criar mecanismos de aprimoração bilateral iniciando o processo de integração, cooperação e desenvolvimento. Esse processo se iniciou mediante a criação de uma comissão mista para estudar modalidades de integração econômica entre Brasil e Argentina. Do trabalho realizado por esta comissão, resultou em julho de 1986, a Ata de cooperação integração, contendo doze protocolos. (*)

O objetivo era colocar em funcionamento gradualmente um sistema de integração equilibrado, e esses protocolos representaram o universo pretendido para a integração e visavam estabelecer medidas para estimular a complementariedade.

(*) Vide anexos

Em 10 de dezembro de 1986, foi assinada a Ata de Amizade Argentino-Brasileira em Brasília, para assegurar e ratificar a iniciativa do programa de integração. Foram firmados mais de 16 documentos, sendo dos quais mais 5 protocolos, totalizados agora em 17. O objetivo era estimular e possibilitar a adaptação das empresas à nova realidade. Nesse sentido destaca-se o acordo de complementação econômica, para regulamentação da produção, comércio e desenvolvimento tecnológico.

Em 1988, iniciou-se uma nova fase no processo de integração; sob influência da transição democrática, os dois países manifestaram o desejo de remover, num prazo de 10 anos, todas as barreiras tarifárias ou não ao comércio de bens e serviços, e estava também, prevista a harmonização gradual das políticas comerciais, tecnológicas de transportes e comunicações, já enquadrados nos primeiros protocolos e agora ratificados nesse acordo. O tratado tornou possível a adesão de membros da ALADI ao processo de integração cinco anos após ter sido iniciado.

Durante esse período, o Brasil tentou reequilibrar a balança comercial, que se mostrava mais favorável a ele do que à Argentina, o que poderia representar uma ameaça ao projeto de integração entre os dois países. Mas esse pensamento se rompeu com o aumento das importações brasileiras.

Trocaram-se os governos dos dois países e com isso se iniciou uma nova fase no processo de integração; influenciados também pela crescente regionalização dos demais países, com a formação concreta de blocos econômicos poderosos, Brasil e Argentina buscaram medidas para que se ampliassem o potencial de vantagens comparativas, para proteger as exportações dos dois países. Para tanto, foi assinada a Ata de Buenos Aires, em julho de 1990, onde se fixou uma data limite para a formação definitiva do mercado comum: 31 de dezembro de 1994. Definiu-se também a metodologia que engloba a coordenação de políticas macroeconômicas e redução das medidas colocadas a qual caberá a um grupo binacional, com elementos pertencentes ao banco central, relações exteriores e economia dos dois países.

Outra importante resultante da ata de Buenos Aires foi a decisão de consolidar um novo instrumento, centralizando nele os arranjos bilaterais relativos ao comércio (isso será discutido posteriormente). Juntamente a este instrumento colocou-se o acordo de complementação econômica (Ace 14), que estabelece um cronograma para a desgravação bilateral crescente através de um aumento gradativo de preferência para todos os produtos, exceto aqueles considerados estratégicos e sensíveis nas questões de importação e exportação dos dois países. Esses produtos

receberão especial tratamento para que se assegure os interesses presentes.

Estabeleceram-se medidas para proteger o comércio de práticas desleais além de outras, que estão sendo colocadas por subgrupos pertencentes ao grupo do mercado comum, que responde as mais diversas áreas e que procurão formular meios para assegurar a compatibilização das políticas dos dois países, visando o incremento do intercâmbio entre Brasil e Argentina.

1.2 Objetivos da Integração

Analisando o processo de integração em andamento, podemos colocar que o principal objetivo observado, desde o início do processo é a consolidação dos laços de complementariedade... industrial entre Brasil Argentina. Essa consolidação levaria certamente ao aumento crescente do intercâmbio, que constitui, a essência da integração.

Caberá ao nosso trabalho observar se esses objetivos apresentados foram alcançados de alguma forma, promovendo o aumento do intercâmbio entre os dois países e como isso refletiu no comércio entre eles realizado.

1.3 Caminhos para a integração

Uma importante questão refere-se ao incremento do comércio entre Brasil e Argentina pela formação de zonas de livre comércio⁽¹⁾, que pode estabelecer como meta desejável um relativo equilíbrio das trocas comerciais. Entretanto, o alcance ou não deste equilíbrio deverá ser o resultado de um processo e não uma premissa definida setorialmente, como o protocolo nº 1 estabelece.

Sob este aspecto, a atual ênfase na formação de uma zona de livre comércio, e mesmo, na criação de um mercado unificado entre os países do cone sul estaria correta. O que tem sido discutido são os limites para a sustentação desse processo, na ausência de soluções relativas a instabilidade cambial, no caso na zona de livre comércio. Ademais, ao se propor a formação de um mercado comum, a harmonização das políticas fiscais, monetárias e de regulação de movimentos dos fatores de produção são pressupostas. Esses são temas cruciais que deverão constituir parte integrante das agendas governamentais da Argentina e do Brasil, o que dependerá por sua vez, da

(1) Zona onde produtos são comercializados sem pagamento de taxas.

possibilidade efetiva de ambos os países assegurarem a solução de seus graves desequilíbrios macroeconômicos.

Argumenta-se igualmente que a ênfase na criação da zona de livre comércio reforça as diretrizes das políticas de liberalização em vigência nas economias brasileira e argentina.

Mesmo considerando que a opção pela integração via liberalização comercial é o caminho mais factível para a formação de relações internacionais entre ambos os países, não deve ser totalmente abandonada a concepção da integração como possível vínculo de incentivo ao desenvolvimento e modernização do parque industrial. E isto pressupõe um esforço maior por ambos os governos na definição de estratégias comuns quanto definição de prioridades e formas de implementação de incentivos, mas não se trata de repetir em escala ampliada os antigos esquemas associados ao modelo de substituição de importações. Não obstante, a proposta de formação de uma união aduaneira supõe uma política tarifária comum, e logo, concordância quanto ao nível e à estrutura do esquema de proteção aos mercados domésticos.

Com a ausência de resultados substanciais do processo de integração, os governantes dos países do cone sul reforçam o compromisso com o projeto através da ampliação de seus objetivos. Quando nem se visualiza

claramente quais os efeitos em 1994 do fatal desmantelamento das barreiras alfandegárias e não tarifárias entre Brasil e Argentina, anuncia-se a criação de um mercado comum. O que pode ser uma estratégia que ao invés de reforçar a idéia de integração, suscite novas questões quanto a sua factibilidade.

As questões básicas que atrasam o crescimento econômico e a possibilidade de inserção competitiva de países como Brasil e a Argentina, não são resolvidas pelo processo de integração. Estas associam-se à superação dos fatores de instabilidade macroeconômica, reorganização das estruturas de financiamento, à modernização dos parques industriais, etc. Da mesma forma, a criação do bloco de países do cone sul não resolverá automaticamente os possíveis obstáculos advindos do bilateralismo comercial.

Na ausência de fatores econômicos endógenos que apontem a inevitabilidade de integração, a vontade política como propulsora deste projeto deve se traduzir em medidas que propiciem surgimento de interesses solidários. Nesse sentido, a liberalização de barreiras não deve ser o único móvel para o processo de integração. Oportunidades de estabelecer políticas comuns que colaborem para a reestruturação produtiva de setores nas economias brasileira e argentina devem ser exploradas.

Capítulo II

Brasil e Argentina: uma análise do intercâmbio comercial

Anteriormente procuramos descrever historicamente a evolução do processo de integração e os principais acordos assinados, as principais metas, bem como o processo.

Primeiramente, faremos um breve comentário sobre os períodos que antecederam o início do programa de integração.

Ao longo deste século, até 1963, o comércio Brasil/Argentina constituiu-se essencialmente de produtos agrícolas com reduzido grau de processamento. Nas últimas décadas, em virtude da industrialização dessas economias, o intercâmbio tornou-se mais sofisticado, com a participação crescente de manufaturados, e os valores absolutos aumentaram bastante, passando de US\$ 344 milhões, em 1970 para US\$ 1.848 milhões em 1980. Contudo, essas cifras representaram uma parcela relativamente constante do comércio exterior argentino nesse período, de cerca de 40%, e no caso do Brasil, corresponderam a uma queda de um patamar de 6,4% para outro de 4,3%.

A crise da primeira metade dos anos 80 impôs dois tipos de desgaste ao intercâmbio bilateral. Em primeiro lugar provocou uma redução drástica nos valores correntes, que em 1985 já estavam limitados a apenas US\$ 1.010 milhões, que significavam 8,3% do comércio global argentino, e tais somente 2,3 % do lado brasileiro. Mesmo sob as condições recessivas daquele período havia um amplo comércio potencial a ser explorado, da ordem de duas a três vezes superior ao que foi efetivado. Em segundo lugar, foram gerados superávits sistemáticos para o Brasil.

Assim, os protocolos bilaterais negociados a partir de 1986, continham dois objetivos imediatos e um de longo prazo. A curto prazo destinavam-se a criar um novo padrão de relacionamento entre as duas economias.

Passaremos então a realizar uma análise da evolução do intercâmbio comercial bilateral entre os dois países, de forma mais detalhada, considerando o período de 1985 a 1992. Acreditamos que o balanço desse período será a melhor forma de apresentarmos o sucesso, ou insucesso do programa colocado, importante exemplo para os processos de integração em andamento nas demais regiões pertencentes ao globo.

Realizaremos uma análise crítica, observando as importações totais de cada país e aquelas realizadas entre os dois países. Através de um quadro evolutivo, poderemos observar como foram manifestadas preferências dadas as nações envolvidas.

Tais preferências poderão ser observadas relacionando-se o montante total importado pelos dois países em relação ao montante comercializado entre Brasil e Argentina.

Acreditamos que dessa forma poderemos estabelecer uma posição crítica além de buscar respostas para questões colocadas anteriormente sobre o processo em andamento. Poderemos também concluir, através dos números observados, se o esforço por parte dos dois países no sentido de uma maior complementariedade setorial obteve sucesso, sendo capaz de obter um aumento significativo no comércio bilateral.

2.1 Principais produtos comercializados entre os dois países⁽²⁾

2.2.1 Principais produtos importados pelo Brasil provenientes da Argentina

(2) Fonte Balanço Anual Banco Central - 1990.
INDEC.

- Trigo
- Maiz
- Couro e pele de origem bovina
- Azeite de soja
- Chapas de ferro ou aço, laminados a frio, com espessura inferior a 3 mm, lisas, com um conteúdo de carbono inferior a 0,25%.

2.1.2 Principais produtos importados pela Argentina provenientes do Brasil

- Matéria-prima para chapas de ferro ou de aço.
- Partes, peças soltas e acessórios não especificados de automóveis.
- Unidades periféricas de máquinas automáticas para o tratamento da informação.
- Café sem torrar.
- Tubos cromáticos para receptores de televisão

2.1.3 Ainda sobre produtos importados⁽³⁾

Em decorrência da política econômica argentina, com a diferença de câmbio existente entre Brasil e

(3) Fonte: Revista Veja - outubro/1992 - SP

Argentina, os produtos brasileiros se tornam muito baratos na Argentina.

Os mais diversos produtos passam a ser exportados de forma antes não vista, sendo estes, os principais produtos:

- | | |
|--------------|---|
| - frangos | - roupas |
| - sucos | - presunto |
| - carro | - pratos |
| - bebidas | - aço |
| - bicicletas | - máquinas |
| - armas | - caminhões |
| - fogões | - produtos químicos |
| - geladeiras | - brinquedos |
| - papel | - além de muitos outros produtos aqui não mencionados |

2.2 Evolução das importações argentinas

Primeiramente, observando a evolução das importações argentinas totais, visulizaremos uma tendência a queda, que pode ser verificada na tabela 1, anexada a este trabalho. As importações reduziram-se cerca de 13% de 1985 para 1986, havendo um pequeno aumento em 1987, para em 1988

as importações representarem apenas 91% das mesmas em 1987 e continuando a cair em 1989, para 78% das realizadas em 1988. Em 1990 visualiza-se a manutenção dessa queda, havendo um crescimento em 1991 e 1992.

Tabela 1

A respeito do comportamento das importações realizadas pela Argentina provenientes do Brasil pudemos realizar algumas reflexões. Com base na tabela colocada, podemos observar que de 1985 a 1988, houve um aumento significativo das importações de produtos brasileiros, e esse aumento ocorre simultaneamente a um período de queda nas importações da Argentina em relação ao mundo. Esse aumento da participação de produtos brasileiros no total de importações argentinas reflete um aumento na preferência dada a produtos provenientes do Brasil e isso pode ser comprovado, observando-se na tabela 1, a relação X/B para cada período e esta mostra B claramente o incremento ocorrido em X e a retração de B, mostrando que o Brasil no ano de 1988 chega a representar 18,28% das importações totais argentinas.

Observando-se esse período, nos parece bastante feliz a iniciativa integracionista, mas isso não se confirma no período que sucede 1988.

ANEXOS

Exportações Argentinas - em milhões

Períodos	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Mundo	3.814,14	4.926,800	5.818,79	5.313,42	4.191,8	2.797,58	5.150,000	6.320,000
Brasil	548,238	678,335	819,29	971,34	721,21	459,85	2.120,00	2.700,00*
Participação produtos silíceiros no total importado	14,37	13,76	14,29%	18,28%	17,20%	17,98%	35%	43,5%*

Fonte: D.G.E.I. (S.I.C.)

Visita Veja

Carta Mercantil

Em 1989, o movimento passa a ser contrário ao ocorrido anteriormente. Observa-se uma queda de 25,74% dos produtos importados pela Argentina de origem brasileira, havendo-se uma queda de cerca de 1,5% da participação de produtos brasileiros no total de importações. Através dessa queda, coloca-se a diminuição pela preferência de produtos brasileiros. Essa grande diminuição mostra a perda do Brasil para os E. U. A. da posição de maior fornecedor de produtos para a Argentina. Em 1989 houve um acréscimo de US\$ 160 milhões de produtos brasileiros, com a queda das importações argentinas provenientes do Brasil e o aumento das importações brasileiras frente aos produtos argentinos, como poderemos observar posteriormente. Dessa forma, a partir de 1989 a Argentina passa, até 1990, a ser superavitária e o Brasil deficitário no intercâmbio comercial realizado entre os dois países.

Fazendo um balanço primeiramente do período que se segue até 1989, poderemos tirar algumas conclusões no que se refere aos possíveis efeitos do esforço integracionista até esta data. Num segundo momento analisaremos os acontecimentos mais recentes ligados ao processo de integração que nos permitirá formular hipóteses sobre possíveis tendências do movimento integracionista aqui retratado.

Sobre os possíveis impactos do projeto até o ano de 1989, pode-se colocar no que se refere a evolução das importações, que o aumento ocorrido até 1988 foi apenas uma fase, onde houve melhora do comércio bilateral mas sem uma longa duração, para em seguida, haver uma grande retração das importações, através da retração X₂, colocada em nossa tabela I, poderemos observar que a grande diminuição das importações argentinas totais ocorreu sem que houvesse sido dado qualquer tipo de preferência aos produtos brasileiros, como deveria ocorrer, em função dos acordos formulados entre os governos argentino e brasileiro visando o aumento das relações comerciais bilaterais entre os dois países. Devido a tais observações devemos concluir que os estímulos provenientes dos documentos protocolados assinados, no que diz respeito as importações argentinas frente aos produtos brasileiros, não obteve sucesso, havendo pelo contrário uma contração das importações frente ao Brasil.

A partir de 1990, pode-se notar uma tendência a reversão da contração ocorrida na fase anterior. Isso torna-se bastante claro observando-se os números referentes aos anos seguintes, ou seja, 1991 e 1992, onde houve um crescimento, preocupante para os empresários argentinos, das importações de produtos brasileiros. Todos os tipos de mercadorias brasileiras entram diariamente, em grande número e com grande facilidade, nos mais diferentes setores da economia argentina. Isso está ocorrendo devido a diferença

de câmbio existente entre os dois países. Outro fator a ser considerado e bastante importante para o nosso trabalho é a participação das normas do Mercosul, que reduziu até agora 61% das tarifas alfandegárias entre Brasil e Argentina estas irão desaparecer em 1994, de acordo com o calendário comercial; o que, aliado a proximidade entre Brasil e Argentina, reduz o custo dos fretes, tornaram o produto brasileiro bastante competitivo no mercado argentino.

Analisando os números previstos para o final de 1992, a Argentina será novamente deficitária no que diz respeito ao comércio entre os dois países e isso já surtiu efeitos no que se refere ao processo de integração, pois os argentinos já colocam que os acordos e metas do programa de integração entre Brasil e Argentina devem ser revistos.

É importante salientar, no entanto que esse grande aumento nas importações argentinas tem como principal causa a fragilidade da economia argentina, mesmo que esta se mostre mais estável que a brasileira. Analisando-se mais de perto, vê-se que seu metabolismo continuaria doente, e que os empresários brasileiros aproveitaram-se dessa situação. Isso mostra que esse crescimento das importações não deve perdurar e que o processo de integração passará por uma nova fase.

2.3 Evolução das importações brasileiras

Prosseguiremos, seguindo a mesma forma de análise mostrada no item anterior.

Tabela2

Buscaremos, através da análise da evolução das importações brasileiras, totais e provenientes da Argentina e, relacionando-as, poderemos identificar o movimento ocorrido referente ao comércio bilateral entre os dois países. Inicialmente observaremos que de 1985 a 1987 ocorre um crescimento das importações totais do Brasil. Após pequena queda ocorrida em 1988, podemos observar, através da tabela 2, que retomam índices de crescimento nas importações totais brasileiras, tanto para 1989 e 1990. Mas estas sofrem uma queda em 1991 e 1992, o que, juntamente com o grande montante de produtos exportados produziu um superávit na balança comercial brasileira bastante significativo para o ano de 1992, previsto em 1,3 bilhão de dólares de origem argentina, podemos observar um aumento constante em termos absolutos, ou seja, não houveram taxas negativas de crescimento. Devemos ressaltar que em 1989, a taxa observada foi de 75,21%, e esse crescimento é notado até 1991, quando o Brasil importou 1,5 bilhão de dólares de produtos argentinos. Não podemos deixar de colocar que entre 1987 -

Tabela 2

Importações brasileiras - milhões US\$

Períodos	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Totais - T - (do mundo)	13.153, 491	14.044, 304	15.050, 827	14.605, 253	18.263, 000	20.363, 000	20.494, 511	16.518, 000*
da Argentina - A -	548.238	678.335	574.687	707.104	1.238, 985	1.411, 044	1.500, 000	1.300, 000*
Relação A/T Participação dos produtos argentinos no total de importados	2,3%	2,07%	3,81%	4,84%	6,78%	6,92%	7,3%	7,9% *

Fonte: CIEF, Anuário - Banco Central do Brasil
Revista Veja

* projecão para o ano de
1992, realizado em outubro

1990 há um crescimento significativo, de 145% das importações brasileiras provindas da Argentina.

Esse comportamento se reverte no ano de 1992, onde o Brasil irá importar um número menor de produtos em relação ao período anterior; a previsão desse ano é de 1,3 bilhões importados, contra US\$ 2,7 bilhões em produtos exportados para a nação argentina.

Devemos porém, analisar o caráter oscilatório dos dados mostrados sobre a evolução das importações argentinas realizados pelo Brasil, o que nos impede de formular hipóteses confiáveis quanto ao futuro dessas transações, além de dificultar as afirmações quanto as causas dos movimentos ocorridos, se estas são de natureza sazonal, ou se podem ser fortemente atribuídas aos acordos de integração.

Essa é uma questão de difícil resposta, mas, observando as mudanças econômicas ocorridas na Argentina, com sua moeda colada ao dólar desde março de 1991, com diferença de câmbio existente, torna-se claro o aumento nas exportações, pelo menos, temporariamente.

Devido a ocorrência desse movimento os governos brasileiro e argentino já adotaram medidas para diminuir essa diferença, ainda este ano. Está prevista a aquisição de

petróleo argentino pela Petrobrás, que já realizou os primeiros embarques. Haverá também aquisição de carros e farinha de trigo. Essas notícias parecem agradar o Ministro Cavallo, e ainda outras medidas serão realizadas para ampliar as importações.

Observando essas movimentações, podemos apenas afirmar que houve um aumento significativo nas importações brasileiras de produtos argentinos, ainda que, havendo uma queda no ano de 1992. Esse aumento notado a partir de 1985, demonstra ter havido uma melhora na questão das preferências comerciais, colocadas no acordo de integração.

2.4 Tendências atuais do processo de integração

Tendo em vista a análise realizada quanto a evolução do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina, introduzimos neste trabalho os últimos movimentos ocorridos em direção ao estímulo do comércio bilateral, durante o ano de 1992.

O interesse das empresas brasileiras pelo Mercosul tem aumentado, gradualmente. Segundo pesquisa feita pela *Price Waterhouse* no último levantamento, concluído em maio, mostrou-se que 45% dos entrevistados estão interessados em aumentar suas exportações e acreditam nos efeitos positivos

decorrentes da integração. Isso pode ser verificado no gráfico anexado posteriormente

Apesar de posicionamentos tão favoráveis, apresenta-se um problema de difícil solução: O grande desvio existente na área cambial no Mercosul aprofundou-se em função das realidades diferentes da inflação na região e isso torna "virtualmente impossível" uma integração monetária. Um equilíbrio real das taxas de câmbio fica dificultado em decorrência do sistema de taxa cambial adotada pela Argentina, com colagem do peso ao dólar.

Essa questão está constantemente presente nas reuniões realizadas, principalmente entre Brasil e Argentina, que estão enfrentando impasses devido ao grande aumento das exportações brasileiras destinadas a Argentina.

Mas coloca-se que seria preciso que a inflação argentina se descontrolasse e o Brasil adotasse um plano de estabilização à semelhança do adotado na Argentina para que pudesse, ser assegurado o equilíbrio da taxa de câmbio real, o que não é adequado a atual situação brasileira. Enquanto isso, face os números projetados para 92 do comércio bilateral Brasil - Argentina, para amenizar a situação prevista, onde o Brasil terá um superávit com a exportação de US\$ 2,7 bilhões.

Torna-se então, importante ressaltar, que o processo de integração entra numa nova fase, mas de difícil previsão quanto ao futuro das transações entre os dois países

3 Considerações finais

Cabe agora ao nosso trabalho relatar os principais movimentos ocorridos durante o período que analisamos, que no nosso entender constituem os principais elementos das conclusões desta monografia.

Analisando as evoluções das importações argentinas e estas terem mostrado nos anos de 1991 e 1992, um grande aumento da preferência aos produtos brasileiros, fica claro que este não será um movimento de longa duração, e que não é resultado do processo de integração, como já colocamos, mas sim é resultado da política econômica implantada na Argentina⁽⁴⁾.

Nos anos anteriores, pudemos notar que, apesar de um pequeno aumento no setor de bens de capital, não houve um aumento expressivo da preferência por produtos brasileiros, o que, demonstra, que os acordos assinados e os protocolos

(4) A Argentina passou por um processo de dolarização de sua economia, que provocou um aumento dos preços argentinos em relação aos brasileiros.

criados, não foram suficientes para gerar uma melhora significativa na preferência conferida aos produtos originários do Brasil; os acordos apenas tornaram ainda mais convidativos os preços de nossos produtos, devido a diminuição das tarifas alfandegárias, mas não foram de forma alguma o impulsionador desse aumento ocorrido.

No que se refere a evolução das importações brasileiras, devemos destacar que houve um avanço, no montante das importações no decorrer do período analisado, e este número tende a se elevar ainda mais, devido aos contatos recentemente feitos entre Brasil e Argentina, para diminuir o problema do déficit comercial argentino, consequência do grande aumento das exportações brasileiras para a Argentina.

Podemos então verificar o aumento da preferência para os bens argentino, mas não sabemos a durabilidade dessa tendência. Não podemos, pois, afirmar para um sucesso dos acordos implantados no momento em que a Argentina hoje coloca a necessidade da revisão desses acordos, por sentir-se de certa forma prejudicada.

Quanto aos protocolos assinados, podemos apontar a frustração de suas projeções na medida em que a maioria dos setores contidos em sua pauta se mantém inalterados. O único

setor em que mantém um crescimento⁽⁵⁾, representando então, setor priorizado ao longo dos anos, foi o de bens de capital.

Colocamos então, como já foi dito anteriormente, que se torna condição inicial para o sucesso do processo de integração, a superação dos problemas econômico-sociais dos dois países. Sem isso torna-se bastante improvável o sucesso do projeto, que pode ser bastante importante para o desenvolvimento e fortalecimento tanto para a Argentina quanto para o Brasil.

(5) Se coloca desde o início da década de 80, e não só em 90, 91, 92 como ocorreu com outros setores.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO Jr., J.T de. O programa de integração Argentina e Brasil a as tendências da economia mundial. In: *Texto para discussão* nº 181, Instituto de Economia Industrial/UFRJ.

CHUDNOVISKY, D. & PORTA, F. En torno de la integración económica argentino-brasileña. In: *Revista de la Cepal*, Santiago de Chile, nº 39, Diciembre de 1989.

(***) Guerra na fronteira: Os empresários argentinos protestam contra a invasão de produtos brasileiros e pedem socorro ao presidente Carlos Menem. In: *Revista Veja* - São Paulo, 9 de setembro de 1992.

GONZALES, N. Parceiros do Brasil estão preocupados com a falta de debate no lado social. In: *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 28 de maio de 1992.

HIRST, Mônica. Las relaciones Argentinas-Brasil: de 1ª asimetría al equilibrio. In: *Integración latino americana*. Buenos Aires, nº 122, abr. de 1987.

(**) Escrito pela redação da revista.

JAGUARIBE, H. La integración Argentina - Brasil. In: *Integración latino americana*. Buenos Aires, no. de 1987.

MEADE, J. E. Problemas de una unión económica. Madrid, 1987.
Edt. Aguilar.

PEREIRA, L. V. A integração dos países do cone sul: Algumas reflexões. In: *Boletim de diplomacia econômica* nº 7, ministério das Relações Exteriores, abr/mai. de 1991.

PRADO, H. C. do . Balança com superávit de US\$ 1,3 bilhão. In: *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 18 de novembro de 1992.

PRADO, H. C. do. Brasil comprará mais da Argentina. In: *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 11 de novembro de 1992.

ROSENTAL, G. Repensando la integración. In: *Revista de Economía Política*, nº 15 E. A. E. SP/FGV.

TOTTI, Paulo. A Argentina incentiva as exportações. In: *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 29 de outubro de 1992.

Anexo 1

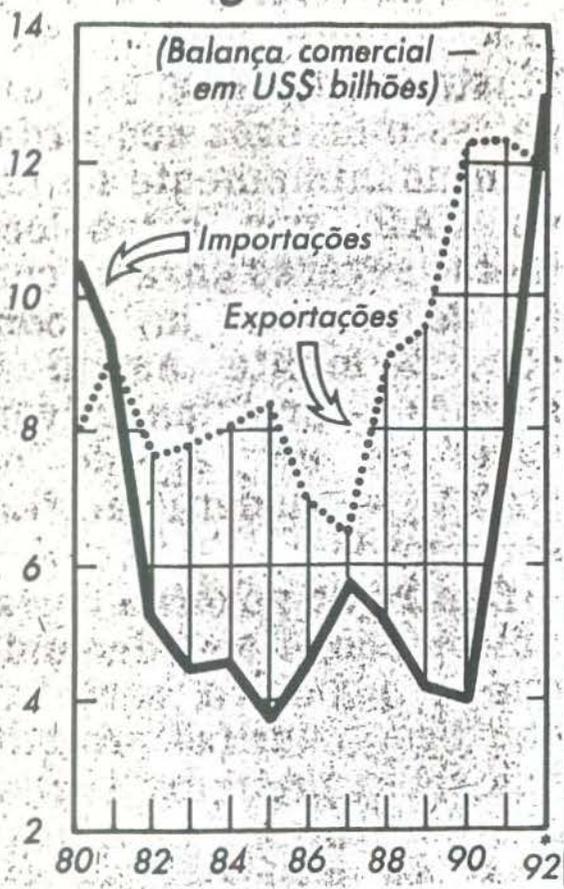
Programa de integracao e cooperacao economica Argentina-Brasil

	Data	Tema	Objetivos	Mecanismos
Protocolo n.1	30.7.86	Bens de capital	Integracao da producao, comercio e desenvolvimento tecnologico de bens de capital de ambos os paises	Uniao aduaneira limitada e crescente tendente a liberalizacao do intercambio de bens de capital
Protocolo n.2	30.7.86	Trigo	Abastecimento da Argentina para o Brasil	Clausula de privilegio em materia de compra e venda
Protocolo n.3	30.7.86	Complementacao do abastecimento alimentar	Salvar os eventuais deficits de producao local de ambos os paises	Concessao de preferencias reciprocas. Nao aplicacao de restricoes dos produtos da lista
Protocolo n. 4	30.7.86	Expansao do comercio	Acordar novas listas e normas para expandir o comercio entre os dois paises	Eliminacao e incorporacao de produtos nos acordos de alcance medio n. 1 da ALADI
Protocolo n.5	30.7.86	Empresas binacionais	Fortalecimento do capital nacional	Estabelecer uma estrutura juridica normativa para a criacao e o funcionamento de empresas binacionais
Protocolo n. 6	30.7.86	Assuntos financeiros	Facilitar o intercambio comercial entre os dois paises e tornar mais eficiente o sistema de compensacao de creditos reciprocos	Criacao de um credito stand by de 200 milhoes de dolares, que sera revisado periodicamente para impedir que se interrompa o fluxo comercial

Protocolo n. 7	30.7.87	Fundo de investimentos	Promover o crescimento economico, privilegiando o setor de bens de capital	Cada parte contribuira com 110 milhoes de dolares para emprestimos de medio e longos prazos. Havera fundos suplementares em caso de dificuldades deficitarias no comercio bilateral
Protocolo n. 8	30.7.87	Acordo de cooperacao energetica	Abastecimento de gas para a Argentina e o Brasil Participacao conjunta na exploracao de petroleo e o intercambio de produtos quimicos. Aproveitamento hidroeletrico de ambas as partes (Garabi, Pichi-Picun Leufu)	Em analise
Protocolo n. 9	30.7.87	Biotecnologia	Criacao de polos de desenvolvimento nos dois paises para a organizacao e a administracao de projetos conjuntos em materias coordenadas em nivel do Ministerio das Relacoes Exteriores	Estabelecimento de um fundo comum destinado a pesquisa aplicada a biotecnologia com o objetivo de alcancar maior independencia tecnologica em areas prioritarias: saude, agropecuaria, agroindustria, energia, etc.
Protocolo n. 10	30.7.87	Estudos economicos	Criacao de um centro de altos estudos economicos para observar o comportamento das estruturas economicas de ambos os paises	Pesquisa sistematica da economia argentina (brasileira) por especialistas brasileiros (argentinos) em temas economicos; publicacoes e divulgacao dos trabalhos resultantes
Protocolo n. 11	30.7.86	Energia nuclear	Cooperacao para prevenir ou limitar os danos resultantes de acidentes nucleares ou emergenciais radiologicas	Designacao de organismos nacionais responsaveis por um sistema de informacoes imediatas em casos de emergenciais. Programas de controle conjunto
Protocolo n. 12	30.7.86	Cooperacao aeronautica	Complementacao entre industrias aeronauticas para atender a seus respectivos mercados e o internacional	Colaboracao tecnica, industrial e comercial

Protocolo n. 13	10.12.86	Siderurgia	Expansão do intercambio bilateral de insumos e produtos siderurgicos. Planejamento conjunto de investimentos	Acordos entre empresas siderurgicas de ambos os paises. Programas de cooperacao tecnologica
Protocolo n. 14	10.12.86	Transporte terrestre	Racionalizacao do transporte terrestre bilateral. Utilizacao igualitaria das frotas de ambos os paises	Adocao de medidas que facilitem o transporte terrestre entre os pontos terminais de carga. Simplificacao dos mecanismos operacionais no intercambio de mercadorias (aduaneiros, seguro, Infra-estrutura)
Protocolo n. 15	10.12.86	Transporte maritimo	Incremento da eficiencia do transporte maritimo bilateral, compativel com o crescente intercambio comercial entre os paises	Implentacao de formulas tendentes a uma melhor coordenacao entre os transportes de trigo e minerio de ferro
Protocolo n. 16	10.12.87	Comunicacoes	Cooperacao na area de redes digitais, servicos telematicos e sistemas de transmissao, extensiva a outros campos	Programa de operacao, regulacao e desenvolvimento tecnologico dos sistemas de comunicacoes
Protocolo n. 17	10.12.86	Cooperacao nuclear	Ampliar a autonomia dos programas nucleares dos dois paises, para usos totalmente pacificos	Colaboracao em areas especificas. Entidades responsaveis: Comissao Nacional de Energia Nuclear, pelo Brasil e Comision Nacional de Energia Atomica pela Argentina.

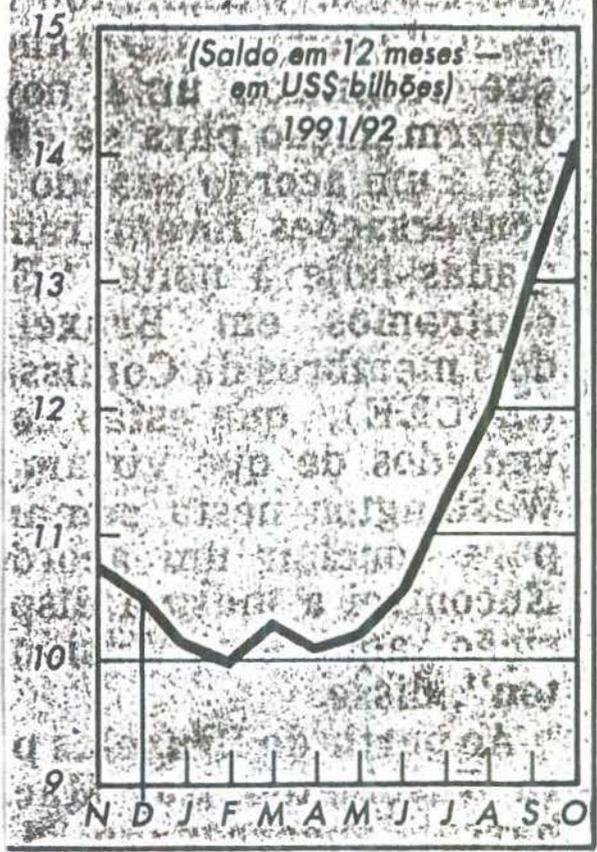
Argentina



Fonte: FMI, e Centro de Informações da Gazeta Mercantil.
 * Previsão.

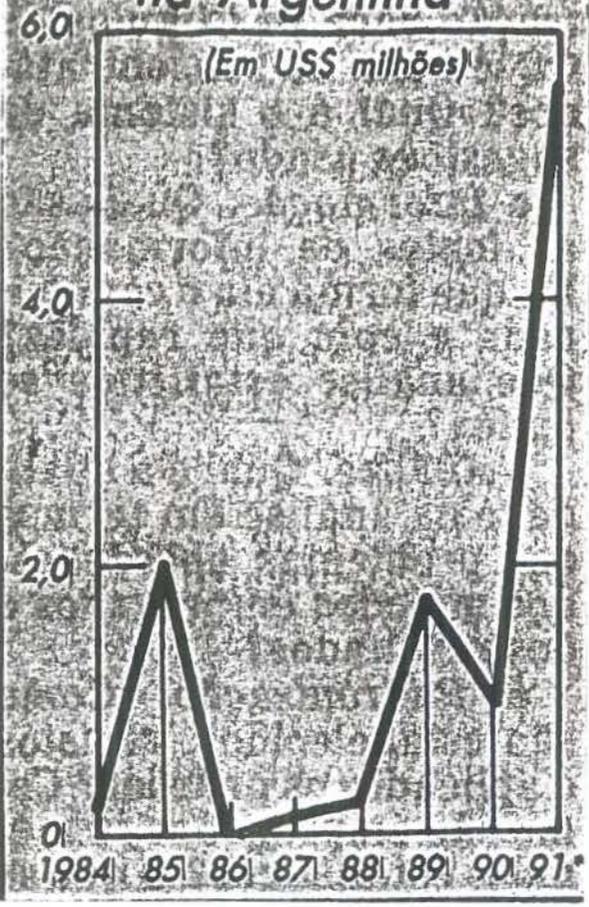
Brasil

Balança comercial



Fonte: Centro de Informações da Gazeta Mercantil.

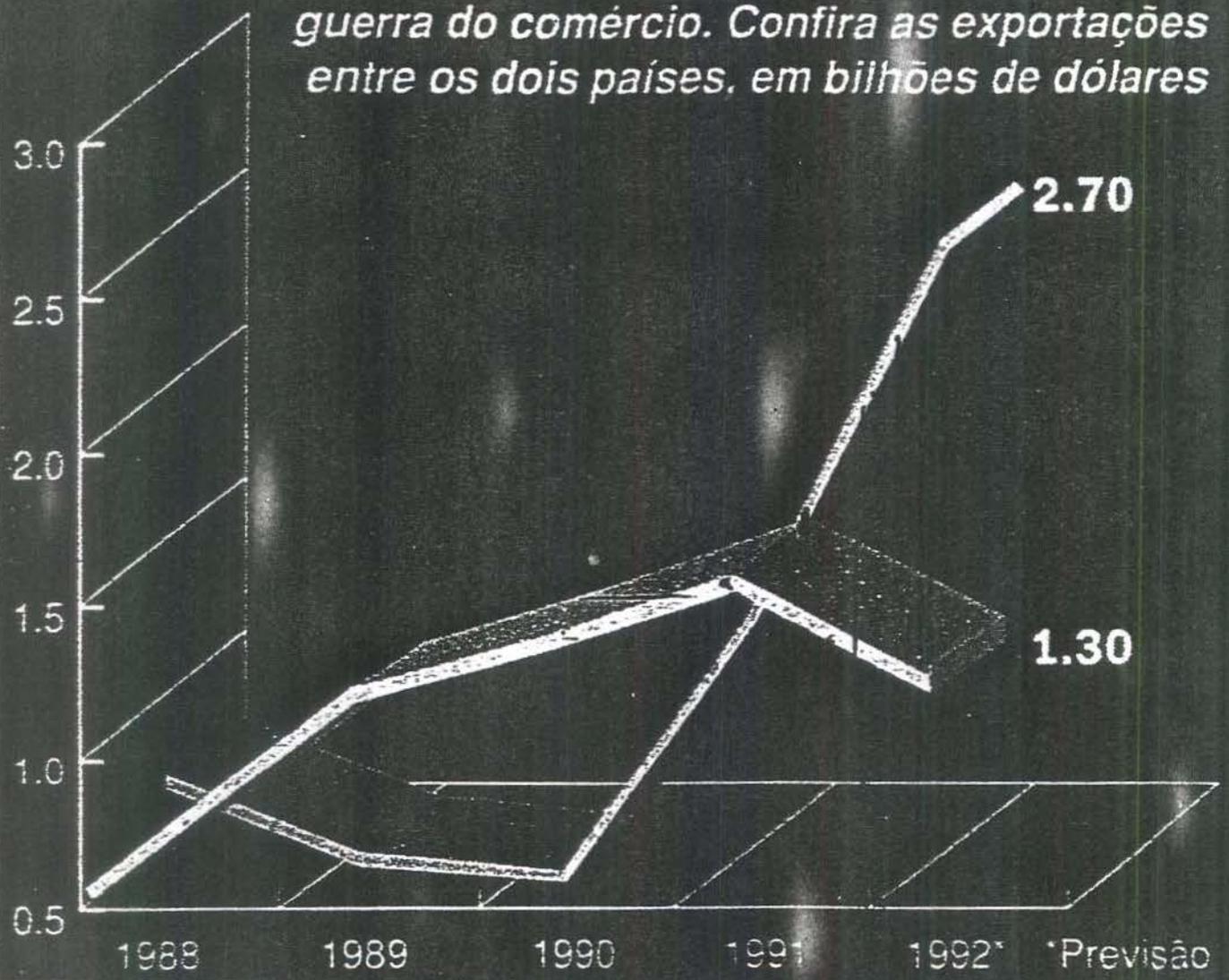
Investimentos Brasileiros na Argentina



Fonte: Banco Central e Centro de Informações da
Gazeta Mercantil.
Posição em setembro de 1991.

O trator brasileiro

O Brasil quebra uma tradição e vence a Argentina na guerra do comércio. Confira as exportações entre os dois países, em bilhões de dólares



Fonte: Associação de Empresas Brasileiras para Integração do Mercosul